

Representantes presentes da Câmara Social

- | | |
|---|---|
| 1. Maiara Resende Ribeiro (PSJC) | 13. Delma Vidal (ITA) |
| 2. Daniela F. Cunha (PSJC) – suplente | 14. Wilson Cabral (ITA) – suplente |
| 3. Andrea Sundfeld Penido (PSJC) | 15. Valdirene A. da Silva (UNIVAP)–suplente |
| 4. Paula C. P. Cabral (PSJC) – suplente | 16. Levidar Pereira (CIESP) |
| 5. Elisa M. Kovacs Farinha (PSJC) | 17. Edison Flores L. Filho (SINTAEMA) |
| 6. Luciano R. M. Machado (PSJC)-suplente | 18. Adelino Pezzi (COMUS) |
| 7. Isabela Janotta Janson (PSJC) | 19. José Roberto Schmidt (CETESB) |
| 8. Carolina Abrahão Alves (PSJC)-suplente | 20. Gustavo Bahia (SABESP) |
| 9. Rodrigo C. da Costa (PSJC) - suplente | 21. Lincoln Delgado (GCE) |
| 10. Rogério Cyborg (CMSJC) | 22. Eliete Gianini de Oliveira (IPPLAN) |
| 11. Dulce Rita (CMSJC) | 23. Luiz Fernando F.B. (SINDICAT)-suplente |
| 12. Maria Lúcia F. Garcia (AAB Esplanada) | 24. Paulo Roberto Peneluppi (AEASJC) |

Demais cidadãos presentes

- | | |
|---------------------------------------|---|
| 1. Maria Fernanda S. Minucci (SABESP) | 16. Grazielli F. M. (PSJC) |
| 2. Denis Dreux Junior (Ecodrones) | 17. Fábio Ambrosio Loureiro (SEURBS) |
| 3. Raquel Henrique (Cons. Gest APA) | 18. Rui Alves Correia (Fito Ambiental) |
| 4. Maria Simões Lucio (UNICAMP) | 19. Nelson Silva Junior (SABESP) |
| 5. Domingos Malhone (SAVIVER) | 20. Marcelo S. Bernardes (SABESP) |
| 6. Gerson Rocha (SAVIVER) | 21. Marco A. Senna (SABESP) |
| 7. Maria Benedita (Munícipe) | 22. Luigi Bertoncini (Sala dos Conselhos) |
| 8. Silvia Maria Moreira (CMSJC) | 23. Liliane Prado Almeida (Munícipe) |
| 9. Ana Maria Baltazar (CMSJC) | 24. Fernando Siqueira (ICMBio/APAMRPS) |
| 10. Marcia Pascale (SINDUSCON) | 25. Salvador A. (OAB-Com. Meio Ambiente) |
| 11. Oswaldo Vieira (PSJC) | 26. Marcelo P. Manara (SEURBS) |
| 12. Jonas Rodrigues Motta (PSJC) | 27. Lucas Lacaz Ruiz (AGENCIA A13) |
| 13. Roberto Simão (Munícipe) | 28. Renato Lorza (Fundação Florestal) |
| 14. Helena (Helen Descart) | 29. Vinicius Correia (CMSJC) |
| 15. Danielle Xanchão Dominguez | |

Ausências justificadas

1. Maria Regina de Aquino Silva (UNIVAP)
2. Maria do Rosário Vieira Rodrigues – ZAIA (OAB) – suplente
3. Vicente de Moraes Cioffi (SIND. TRAB. IND. QUÍM. E FARM)

Ausências não justificadas (Entidades):

- | | |
|---------------|---------|
| 1. SINTAEMA | 3. DAEE |
| 2. SINDIPETRO | |

Entidades Inexistentes, Suspensas ou que ainda não indicaram representantes:

- | | |
|--|--|
| 1. GAMAVAP | 4. Polícia Florestal |
| 2. Cons. Intersindical de Saúde do Trab. | 5. Entidades Ambientalistas (3ª repres.) |
| 3. Sindicato dos Engenheiros | 6. Sindicato dos Trabalhadores Rurais |

Pauta:

- a) Propostas acerca da nova lei de Proteção e Recuperação dos Mananciais.
- b) Posse dos novos Conselheiros do COMAM.
- c) Demais assuntos pertinentes.

CONSELHEIROS EMPOSSADOS NESTA REUNIÃO:**Prefeitura Municipal de São José dos Campos:**

Titular - Maiara Resende Ribeiro
Suplente - Daniela Freire Cunha
Titular - Andrea Sundfeld Penido
Suplente - Paula Cristina Pereira Cabral
Titular - Elisa Margarida Kovacs Farinha
Suplente - Luciano Rodolfo de Moura Machado
Titular - Isabela Janotta Janson
Suplente - Carolina Abrahão Alves

Câmara Municipal de São José dos Campos

Titular - Rogério Cyborg da Matta Castro
Suplente - Esdras Andrade de Araujo
Titular - Dulce Rita Chaves de Andrade Dabkiewicz
Suplente - José Roberto de Castro Morais

IPPLAN

Titular - Eliete Gianini de Oliveira

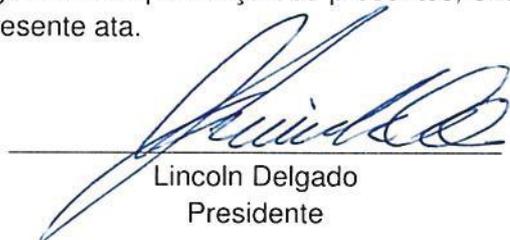
1 Às quatorze horas e dez minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e dezessete, o
2 Presidente, Sr. Lincoln Delgado (CGE), realizou a primeira chamada para reunião
3 extraordinária deste COMAM, informando que realizaria segunda chamada em quinze minutos.
4 Conforme estipulado, a reunião foi iniciada às quatorze horas e vinte e cinco minutos.
5 Agradeceu a presença de todos. Relatou os assuntos da pauta, em especial a discussão
6 acerca da nova lei de Proteção e Recuperação dos Mananciais, envolvendo a Bacia do Jaguarí
7 que abrange sete municípios. Salientou a previsão das restrições e a falta de benefícios
8 gerados pela proposta da lei, especialmente no tocante à área rural. Informou que haverá
9 reunião na Câmara Municipal de Igaratá no próximo dia vinte e quatro, às dez horas da manhã
10 em que se discutirá este assunto. Apresentou o novo Secretário Executivo do COMAM e
11 passou a palavra. Teles (Secretário Executivo) apresentou-se e passou a informar as
12 ausências justificadas. Ato contínuo apresentou os novos Conselheiros formalizando o ato de
13 posse. Posteriormente devolveu a palavra ao Presidente. Relatou que durante última reunião

14 avisou-se fumaça preta saindo da REVAP. A CETESB apurou o acontecido e conforme
15 divulgado pela imprensa a fumaça vinha do CTA. A FAB informou que a fumaça ocorreu devido
16 à incineração de material inservível e ela ocorreu em local aberto e apropriado com a presença
17 de bombeiros daquela organização militar. Destacou a presença do Sr. Fernando da CMBio e
18 do Sr. Renato Lorza da Fundação Florestal, gestor de São Francisco Xavier. Concedeu a
19 palavra ao Conselheiro Luciano (PSJC) para falar sobre a semana da água e eventos
20 realizados pela municipalidade. Dentre os eventos relatados, destacando o plantio de árvores
21 realizado no bairro vista verde e o programa de recuperação de nascentes. Ainda informou que
22 no dia vinte e quatro de março haverá curso de formação de professores. Passou a palavra à
23 Conselheira Elisa (PSJC) para discorrer sobre o programa de revitalização de nascentes e
24 programa de pagamento por serviços ambientais - PSA. Ato contínuo transferiu a palavra à
25 Conselheira Paula (PSJC) para comentar sobre o programa de PSA. Explicou o PSA tem
26 financiamento da GEVAP, assinado em maio de dois mil e dezesseis. Elaborou-se e publicou-
27 se edital com adesão de quatro propriedades que estão participando do programa. O projeto é
28 desenvolvido para Bacia do Ribeirão das Couves, que é a micro-bacia de abastecimento de
29 São Francisco Xavier. Houve vistorias, cadastramento das propriedades e assinados os
30 contratos. O PSA prevê bonificação de ações pela conservação de vegetação nativa e também
31 pelas ações de restaurações ambientais. Logo iniciarão as ações de restauração. Divulgou
32 também novo projeto envolvendo restauração ambiental em andamento. Transferiu a palavra à
33 Conselheira Elisa que passou a informar sobre o andamento do programa de recuperação de
34 nascentes. Destacou a realização de educação sobre a necessidade de preservação da água e
35 o plantio realizado nesta manhã no bairro do Vista Verde com participação da SAVIVER e
36 Escolas como a Waldemar Ramos. Relatou o histórico do programa realizado desde 2006.
37 Apresentou fotos do programa. Comentou realizou devolução simbólica à sociedade de
38 nascente localizada no Residencial Portal da Serra, no Urbanova. Informou parcerias com
39 alunos da UNESP e Termo de Parceria que está próximo de ser assinado. Presidente Lincoln
40 lembrou do envolvimento de crianças em programas com filmes e músicas, que foram inclusive
41 para Europa. Preencheu a Câmara com cerca de quinhentas crianças. Gerson Rocha
42 (SAVIVER) solicitou a palavra e comentou sobre o programa realizado no bairro vista verde e
43 da necessidade de proteção e fechamento desta nascente. Presidente Lincoln convidou
44 Secretário Marcelo Manara da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade para manifestação
45 que, após apresentação e elogio à participação ativa do COMAM, passou à palavra ao Diretor
46 Oswaldo (PSJC). Apresentou-se como servidor de carreira há vinte e sete anos, destes, vinte
47 um anos no Planejamento Urbano. Explicou que o atual Plano Diretor data de 2006 e a revisão
48 ocorre no prazo de anos. A atual lei de zoneamento data de 2010 e seguiu o antigo plano
49 diretor. Em função de algumas emendas legislativas, parte da lei foi julgada inconstitucional por
50 meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN promovida pelo Ministério Público. Desta
51 forma certas regiões da cidade foram impactadas e estão atualmente sem zoneamento,
52 impossibilitando que a Prefeitura aprove o uso do imóvel. Serão realizadas audiências públicas
53 em seis regiões da cidade com propostas para regularizar estas áreas com aprovação do
54 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. Após este trabalho com a sociedade e
55 encaminhamento à Câmara será retomado o procedimento do Plano Diretor. Neste momento
56 não se discutirá a lei de zoneamento, mas sim as lacunas geradas pela ADIN, das áreas
57 desprovidas de zoneamento. Concedeu-se a palavra ao Conselheiro Adelino (COMUS).
58 Parabenizou o trabalho apresentando, porém criticando que é elitizado. Gostaria que incluísse
59 no Plano Diretor o bairro onde mora, Jardim Capuava. Relata que no Plano diretor Zona Rural
60 figura como Área Rurais e na Lei de Zoneamento como ZAIS, e gostaria que lá fosse atendida

61 a base para qualquer ser humano. Ainda, gostaria que olhassem para as nascentes de seu
62 bairro, pois lá teria o rio Cambuí, que estão ficando contaminadas porque não tem
63 infraestrutura pública. Hoje estavam reclamando à Band TV que o Caminhão Pipa não está
64 levando água. Maria Benedita (Moradora do Vista Verde) questionou se no Bairro Vista Verde
65 haveria lacuna de zoneamento. Diretor Oswaldo relatou a existência de três áreas afetadas
66 pela ADIN. São áreas próximas ao Condomínio Floresta e ao final da Pedro Friggi, próximo ao
67 Nagumo. Alertou que uma das audiências públicas ocorrerá no bairro Vista Verde. Conselheiro
68 Wilson (ITA) questionou a forma como está sendo realizadas as propostas de emenda,
69 alertando que assim como no passado há possibilidade de ocorrer problemas com a forma.
70 Sugeriu que o documento seja transitado entre diversos conselhos, em especial o COMAM
71 para que haja tempo para realizar a análise da proposta. Secretário Marcelo Manara explicou
72 que a problemática não estava no mérito, mais sim processual porque não houve discussão
73 com a sociedade por meio de audiências públicas. Relatou que será disponibilizado o material
74 com quinze dias de antecedência e discussão prévia no CMDU. Após, haverá seis audiências
75 públicas para discussão sobre as emendas de forma de vestir de legalidade o zoneamento da
76 cidade. Respondeu que em um primeiro momento objetiva-se dar plenitude ao zoneamento
77 vigente para, após o Plano Diretor, novamente discutir o zoneamento da cidade. Conselheiro
78 Wilson (ITA) ponderou a necessidade das devolutivas das audiências públicas, sustentando
79 que nunca ocorreu. Secretário Marcelo Manara afirmou que serão realizadas devolutivas. Após
80 apresentação do Presidente Lincoln, o Secretário passou a explicar a situação do PDPA,
81 relatando que se trata de estudo complexo que impacta em quarenta e oito por cento do
82 território de São José dos Campos. A municipalidade ainda não havia se manifestado sobre o
83 estudo e isto o preocupou. Participou de reunião técnica e ficou surpreso com os impactos
84 na municipalidade. Este projeto subsidiará a lei estadual de proteção aos mananciais. Explicou
85 o histórico, em especial a transposição ocorrida na Bacia do Jaguari para abastecer a região
86 metropolitana de São Paulo. Participou ativamente de todo o estudo e audiências e em
87 nenhum momento abordou-se os impactos desta transposição. Obteve notícias que não houve
88 contribuições da sociedade e isto representa que não está sendo alertada. Passou a palavra a
89 Conselheira Andrea (PSJC) para apresentação de parte do estudo pela realizado pela
90 Secretaria acerca do PDPA (Plano de Desenvolvimento de Proteção Ambiental) em relação
91 aos indicadores, metas programas, projetos e ações. O PDPA traz: diretrizes de planejamento
92 que visa proteger e preservar a vegetação, inclusive antrópica que existe nas áreas verdes;
93 criação de compensações ambientais para as áreas preservadas, pública ou privadas; estímulo
94 ao acesso dos recursos do ICMS Ecológico; fortalecimento aos instrumentos de gestão;
95 incentivar atividades de pesquisas ambientais. A Conselheira continuou a relatar o conteúdo do
96 PDPA, apresentou imagens da Bacia de Jaguari e expos os impactos envolvendo áreas rurais,
97 saneamento, atividades industriais, infraestrutura, transportes dentre outras. Salientou todo o
98 esforço para realizar de gestão do território e as dificuldades apresentadas no PDPA.
99 Posteriormente passou a palavra ao Sr. Vinicius Correia (CMSJC) que compõe a assessoria do
100 Vereador Dimas para estudo e proposta de leis envolvendo áreas rurais e questões ambientais.
101 Passou a apresentar o estudo realizado pela COBRAPE no PDPA. Destacou a necessidade de
102 ordenamento territorial e a compatibilidade com o Plano Diretor Municipal, assim como as
103 questões relacionadas à recuperação ambiental, saneamento e em especial às
104 responsabilidades imputadas à municipalidade. Presidente Lincoln retomou a palavra fazendo
105 considerações acerca das apresentações e das APAs, das sobreposições, em especial de São
106 Francisco Xavier. Questionou se o proprietário rural teria condições de arcar sozinho com a
107 proteção de APPs. Ainda, no tocante à SABESP, questionou o saneamento no caso de

108 adensamento caso haja especulação imobiliária. Demonstrou preocupação acerca das
109 responsabilidades distribuída aos Municípios com o PDPA. Passou a palavra ao Conselheiro
110 Schmidt (CETESB) que gostaria de aplicar situação atual do reservatório do Jaguari, explicou
111 que este reservatório não é natural e foi criado para retificação do Paraíba. Na sua criação
112 foram desapropriadas áreas, que posteriormente foram inundadas. Explicou que diversos
113 proprietários rurais além de perder suas áreas se sujeitaram ao novo Código Florestal. Relatou
114 a aplicação da lei de proteção dos mananciais, aplicada em Santa Isabel, Arujá e Guarulhos.
115 Na divisa de Santa Isabel com Igaratá não se aplica. Há dois braços desta represa e o braço
116 de São Francisco Xavier encontra-se conservado, enquanto em Santa Isabel encontra-se
117 prejudicado. Descreveu os problemas envolvendo os cem metros de proteção junto ao Código
118 Florestal. Explicou que esta proposta do PDPA será encaminhada para o Comitê de Bacias e
119 ao final do procedimento submetido à Assembleia. Transferiu a palavra ao Sr. Renato Lorza
120 (Fundação Florestal), gestor da APA Estadual de São Francisco Xavier. Relatou que a APA foi
121 criada no ano dois mil. Após este ano a ocupação cresceu muito e em dois mil e nove, por
122 meio de relatório emitido pelo ITESP, constatou-se mil cento e oitenta imóveis rurais
123 cadastrados. Atualmente, por meio de parceria com a EDP, constatou-se mil e duzentas
124 instalações elétrica em apenas uma parte do território. Questionou se as proteções ambientais
125 estão sendo suficientes diante grande ocupação que está ocorrendo. Fernando Siqueira
126 (ICMBio/APAMRPS) explicou que tomou ciência do PDPA no final do ano passado e procura
127 ser inserido nas discussões, principalmente porque este território que está sendo zoneado está
128 sobreposto em setenta por cento sobre Unidade de Conservação Federal. Porém não vem
129 obtendo informações, inclusive da próxima reunião a ser realizada em Igaratá. Entende que o
130 texto disponibilizado está ambíguo em relação às APP ao entorno do reservatório do Jaguari.
131 Ele não cria a APP, e a redação está mais permissiva que restritiva. Criticou que a discussão
132 deveria se adentrar em estabelecer as APP do reservatório. Secretário Marcelo Manara pediu a
133 palavra questionou o compartilhamento de recurso e o chamado "ganha ganha". Citou como
134 exemplo a omissão de recursos ao Fundo Municipal de Meio Ambiental e trata apenas de
135 ICMS Ecológico. O texto e a postura estão parados na década de oitenta. Relata que o
136 documento está parado no tempo e hoje existem mecanismos mais eficientes. Passou a
137 palavra ao Conselheiro Wilson (ITA). Ressaltou parte do texto do PDPA que trata da vazão
138 mínima entendendo que não haverá água suficiente para levar a São Paulo. Destacou que há
139 problemas em todo o resto do PDPA, inclusive pela falta de participação da ICMBio. Ainda,
140 apesar disto, verifica grande oportunidade de se consertar o plano e elaborar algo passível de
141 ser cumprido. Criticou a questão do direito adquirido em matéria ambiental. A Conselheira
142 Delma (ITA) *"comentou que o PDPA seria uma resposta à demanda de realização de estudos
143 que permitissem aumentar o volume de água para atender São Paulo, feita por ocasião das
144 audiências públicas sobre a Transposição do Paraíba do Sul que também pedia que a
145 transposição só fosse aprovada a partir dos resultados destes estudos e da implementação das
146 ações consideradas mais imediatas"*. Eles teriam invertido as coisas, porém responderam com
147 o Plano. Expõe sua preocupação com o Plano ficar apenas no papel, principalmente pelo fato
148 de ausência de contrapartida. Sr. Roberto Simão (município) pediu a palavra e criticou a
149 sustentabilidade na transposição. Alertou que enquanto não se levar desenvolvimento
150 econômico para zona rural as riquezas naturais continuaram se perdendo. Entende que é
151 necessário que o Estado contribua com o desenvolvimento rural do município. Rogério Cyborg
152 (CMSJC) solicitou a palavra e relatou que participou da reunião da LDO em São Francisco
153 Xavier e informou da necessidade da realização de audiência para levar este assunto à
154 comunidade. Ainda, levantou a questão do saneamento de São Francisco Xavier e a falta de

155 esgoto. Presidente Lincoln explicou que grande parte do esgoto na zona urbana do distrito é
156 lançamento de esgoto em águas pluviais, ou seja, esgoto indo para galeria de chuva. Entende
157 que será necessária uma força tarefa para análise do esgoto entre a Prefeitura e Sabesp.
158 Renato Lorza (Fundação Florestal) explicou que imóveis irregulares não podem ter
159 atendimento, assim seria necessário resolver a questão fundiária. Dulce Rita (CMSJC) pediu a
160 palavra e relatou que nos imóveis com soleira negativa a Sabesp e Ministério Público coagem
161 que se façam implantação de fossas com motor, mais moderno, desta forma que seja possível
162 fazer de ou de outra maneira. Entende que o município está tendo uma grande oportunidade
163 de ganhar ambientalmente e por meio de imposição de condições para responsabilidade
164 compartilhada. Presidente Lincoln propôs manifestação conjunta entre Prefeitura e COMAM
165 sobre o PDPA a ser encaminhada ao Governo do Estado. Secretário Marcelo Manara
166 discordou em parte da proposta, entendendo que cada entidade deveria encaminhar em
167 separado sua manifestação. Presidente Lincoln explicou que sua ideia inicial seria de coesão
168 das manifestações. Solicitou ao Conselheiro Wilson (ITA) para que concentrasse as
169 contribuições. Explicou que o contrato da COBRAPE finaliza no dia trinta de abril e nesta data
170 teria a necessidade de apresentação de um relatório e preocupasse em não apresentar a
171 manifestação até esta data e ser considerado extemporâneo. Nada mais a tratar, o Presidente
172 agradeceu a presença dos presentes, encerrou a reunião e eu, Teles Eduardo Pivetta lavrei a
173 presente ata.



Lincoln Delgado
Presidente



Teles Eduardo Pivetta
Secretário Executivo